



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Concepção.

## GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, IMPLANTAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE I: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Juliana Cançado Moraes<sup>1</sup>

Zilda Cristina dos Santos<sup>2</sup>

Fernanda de Castro Nakamura<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo é um estudo de caso sobre a vigilância socioassistencial do município de Campo Florido, localizado no Triângulo Mineiro. O município, recentemente, passou por uma reformulação em sua estrutura socioassistencial, priorizando os trabalhadores do Serviço Social, imprimindo maior segurança e eficácia às ações e serviços da assistência social. Como objetivo geral, tem-se a elaboração de um diagnóstico da gestão socioassistencial do município, com a finalidade de compreender o funcionamento e a significância da vigilância nas ações e serviços da assistência social, assim como o fluxo de informações provindo de protocolos e demais documentos dos usuários. Para tanto, foi realizada uma análise documental, em conjunto com uma revisão bibliográfica e coleta de informações junto ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município. Em conclusão, ressaltou-se o empenho da equipe do CRAS e os investimentos que foram aplicados nas ações da Vigilância Socioassistencial.

**Palavras-chave:** Vigilância Socioassistencial. Serviço Social. Assistência Social.

## MANAGEMENT OF SOCIAL ASSISTANCE, IMPLEMENTATION OF SOCIAL ASSISTANCE MONITORING IN A SMALL MUNICIPALITY I: SOCIAL ASSISTANCE SURVEILLANCE

**Abstract:** The present article is a case study about the socioassistencial surveillance of the municipality of Campo Florido, located in the Triângulo Mineiro. The municipality recently underwent a reformulation in its social assistance structure, prioritizing Social Service workers, giving greater security and effectiveness to social assistance actions and services. As a general objective, a diagnosis of the socio-welfare management of the municipality has been elaborated, with the purpose of understanding the functioning and significance of surveillance in the actions and services of social assistance, as well as the flow of information coming from protocols and other documents of users. For that, a documentary analysis was carried out, together with a bibliographical review and information collection with the Center of Reference of Social Assistance (CRAS) of the municipality. In conclusion, it was highlighted the commitment of the CRAS team and the investments that were applied in the actions of the Social Assistance Surveillance.

**Keywords:** Social Assistance Surveillance. Social service. Social assistance.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, E-mail: zilda.psicossocial@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, E-mail: zilda.psicossocial@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, E-mail: zilda.psicossocial@gmail.com.

O município de Campo Florido localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e na Microrregião de Uberaba, está distante cerca de 538 quilômetros da capital e extensão territorial de 1.264,20 km<sup>2</sup>. A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 2,58% ao ano, passando de 5.325 para 6.870 habitantes, essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e superior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

O município de acordo com a pesquisa elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 detém o valor de 0,706 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM). Se por um lado o seu IDHM de 0,706 é considerado muito bom em nível de desenvolvimento humano, por outro, temos ainda uma faixa da população que vive em situação de pobreza potencializando a incidência de vulnerabilidade e risco social.

Na parte de estrutura organizacional, o município possui o Departamento de Desenvolvimento Social, dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS Vila Junqueira e Jardim Boa Vista) e a Casa de Apoio ao Idoso "Evalda Rocha".

Para o desenvolvimento dos Serviços Socioassistenciais o Departamento Municipal de Desenvolvimento Social conta com 22 trabalhadores para as atividades relacionadas à provisão de programas/projetos/serviços/benefícios desenvolvidos no município com diversos vínculos (estatutários, contrato temporário, comissionados). É interessante ressaltar que 17 trabalhadores são estatutários e apenas 05 são trabalhadores com contrato temporário, o que traz menor rotatividade na prestação dos serviços socioassistenciais aumentando o vínculo com a população.

Em 2014 houve uma reorganização pelo Órgão Gestor dos serviços socioassistenciais prestados, assim, as Equipes de Referência dos CRAS Vila Junqueira, CRAS Jardim Boa Vista e Equipe Volante iniciaram um trabalho de diagnósticos locais (por território). Esses diagnósticos trouxeram dados de suma importância para a efetividade da Política de Assistência Social no município, de tal modo, que as Equipes puderam conhecer por meio das buscas ativas os territórios de abrangência dos CRAS, as questões culturais, a identidade dos bairros e da zona rural, mostrar para a população os serviços ofertados, saber dessa população quais os serviços que precisariam ser implementados, entre outros, fortalecendo vínculos com as pessoas que habitam esses territórios, com o intuito de programar ações de prevenção nesses locais.

As Equipes de Referência juntamente com o Órgão Gestor trabalharam nessa lógica de planejamento e gestão da informação até o fim de 2016, quando, em 2017, devido às mudanças de caráter político esse tipo de ação se tornou incipiente, o que descaracterizou o

trabalho de praticamente dois anos de Gestão. No entanto, em 2017 houve outra vez movimentos políticos que culminaram em uma eleição extemporânea e em agosto/2017 assume uma nova gestão, sendo essa, do atual Prefeito Renato Soares de Freitas e Vice-Prefeito Anisio Cairo de Sousa.

A nova Gestão (2017 a 2020), já com caráter de inovação e reconhecendo a importância do trabalho realizado anteriormente pelas Equipes, implanta mesmo com todos os desafios o setor de Vigilância Socioassistencial dentro do Órgão Gestor de Assistência Social em 2018. De acordo com (BRASIL 2013, p.09), a Vigilância Socioassistencial devidamente estruturada nas esferas municipal, estadual e federal, reporta que:

“(...) consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência. Para tal, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e Defesa de Direitos da política de assistência social.”

O setor é fundamental no planejamento e organização da gestão pública e se realiza por meio da implantação de sistema de informações e registros articulados. Para isso, faz-se necessária a constituição de uma estrutura que possibilite sua utilização como referência no planejamento, monitoramento e avaliação das ações que objetivem a construção de respostas para os desafios do cotidiano da gestão.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) preconiza a existência e funcionamento desse serviço, porém há desafios relacionados à gestão do trabalho nos municípios, escassa literatura e também não existem muitas ofertas de capacitações para que os municípios, principalmente de Pequeno Porte I, implantem e efetivem a Vigilância Socioassistencial.

Diante do interesse e necessidade dessa implantação a Equipe Responsável pelo Setor de Vigilância Socioassistencial realizou visitas institucionais a municípios territorialmente maiores e mais populosos que tivessem a Vigilância Socioassistencial implantada e funcionando (pois os municípios de Pequeno Porte I da região que compõem a Diretoria Regional da SEDESE/Uberaba não conseguiram implantar tal serviço).

Sendo a realidade desses municípios totalmente diferente em demandas apresentadas do município de Campo Florido, no que tange a questões culturais de seus povos, carga histórica, e uma série de outros fatores que constroem a identidade da população de cada município, não é encontrada uma base teórica e prática necessária para nortear o serviço.

Começa então a busca incessante por textos, cadernos de orientações e capacitações que pudessem trazer conhecimentos mais esclarecedores, em um esforço para alcançar o pretendido e conseqüentemente, beneficiar a população local com a melhoria da oferta de serviços socioassistenciais adequados a suas realidades. Além disso, há poucas produções científicas sobre esse tema, o que traz a necessidade de reforçar pesquisas nessas áreas, a fim de aprimorar as pesquisas sobre a Política de Assistência Social. A busca por respostas diante dos desafios e potencialidades nessa área no município e na região culminou em Projeto de Pesquisa para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da UNESP/Franca e posteriormente Dissertação de Mestrado de uma servidora pública que atua nos processos de implantação da Vigilância Socioassistencial no município.

Diante da realidade apresentada as atividades de Vigilância Socioassistencial seguem em pequenos passos a caminho do fortalecimento desse setor e, conseqüentemente, as informações colhidas já começam a nortear as ações da Política de Assistência Social em Campo Florido, principalmente o Órgão Gestor, com criação de protocolos, fluxos de atendimentos e tabulação de dados em um esforço de aprimorar o modelo de gestão trazendo boas práticas e qualidade nos serviços prestados à população.

## **JUSTIFICATIVA**

A maior parte dos municípios de Pequeno Porte I não tem em sua estrutura organizacional ações de Vigilância Socioassistencial o que dificulta a Gestão em obter conhecimento das especificidades dos territórios em que a Assistência Social atua na objetivação de reduzir as situações de vulnerabilidade e risco que seus usuários estão submetidos.

É perceptível a dificuldade por parte dos profissionais e gestores em compreenderem a relevância de construção de fluxos/protocolos de atendimentos, registros, de busca ativa, de conhecer o território em que atuam especialmente aqueles que atuam em uma perspectiva conservadora e/ou assistencialista. No entanto, é importante ressaltar sobre a realidade massacrante dos profissionais que atuam na assistência social e as demandas cotidianas, muitas vezes superiores ao número de profissionais e diante dos retrocessos atuais relacionados à Política de Assistência Social. Outro agravante é o fato da maioria dos gestores municipais não possuírem conhecimento sobre a área, o que dificulta os processos de gestão de trabalho, planejamento, monitoramento e avaliação, que impacta negativamente na organização e oferta de serviços, projetos, programas e benefícios que visam à proteção social de famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

Diante da importância de planejar as ações com base na realidade do município e a prioridade de ofertar serviços que impactam a vida dessas pessoas, surge a necessidade de elaborar diagnósticos e avaliar os serviços e entender a significância da Vigilância Socioassistencial.

É nessa perspectiva que após um ano de implantação da Vigilância Socioassistencial neste Departamento de Desenvolvimento Social é notória a contribuição advinda desse serviço.

Através da criação de instrumentais de coletas de informações associada a reuniões com as Equipes com análises de registros mensais da proteção social básica e especial que estão mensurados em planilhas, quadros para compreensão da complexidade dos serviços ofertados, uso de sistemas como o cadsuas, cadastro único, sibpbf dentre outros programas disponíveis já foi possível embasar o planejamento, capacitação de profissionais e oferta de serviços para 2019.

Por meio da atividade intitulada “Mapa Falado” conseguimos visualizar pontos de proteção e desproteção em cada bairro; enumeração das potencialidades e também as situações de vulnerabilidades e risco específicas de cada território de atuação; foi possível ter conhecimento da necessidade de ofertas de serviços que ainda não existiam em determinado bairro; e descrever o processo de evolução vivenciadas nesses territórios. Tudo isso de acordo com a visão dos munícipes (usuários dos CRAS), pois esses estiveram envolvidos nas atividades de construção do mapa falado, relatando todos os pontos citados.

Outros instrumentais estão sendo pensados e elaborados para o aprimoramento da informação, entre eles:

- Acompanhamento físico-financeiro: que aponta a verificação da situação da execução daquilo que foi planejado e inserido na peça orçamentária que disciplina os gastos e investimentos de programas, ações e projetos implementados por determinado órgão;
- Pesquisas avaliativas: realizadas para a compreensão dos motivos pelos quais determinada ação pública tomou tal ou qual configuração, se esse arranjo favorece a obtenção de resultados e se os resultados pretendidos foram alcançados. Trata-se de importantes ferramentas para a melhoria dos programas e o alcance dos resultados;
- Construção de Projetos Técnicos Políticos (PTPs) de cada serviço, projeto, programa que fazem parte da assistência social do município.

Para tanto tem sido imprescindível o apoio por parte da Gestão Municipal (2017 a 2020) no reconhecimento da necessidade de fortalecimento das ações de Vigilância, no investimento em capacitações das Equipes Técnicas envolvidas nesse processo no intuito de coletar informações que sejam precisas e condizentes com a realidade. O resultado, sem

sombra de dúvida, é uma Assistência Social fortalecida, engajada em seus objetivos, com ações de promoção/prevenção, com iniciativas bem planejadas e a população sendo beneficiada com serviços de qualidade e adequados a suas necessidades.

### **OBJETIVO GERAL:**

Coletar e tratar informações a fim de elaborar o diagnóstico do território de atuação qualificando a gestão da informação no município.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações; territorializadas;
- Realizar a adequação entre as necessidades da população e a oferta de serviços;
- Apoiar as atividades de planejamento;
- Supervisionar a execução dos serviços socioassistenciais por meio de provimento de dados, indicadores e análises;
- Monitorar a incidência das situações de violência;
- Auxiliar na identificação das potencialidades dos territórios e das famílias neles residentes.

### **METODOLOGIA**

**Pesquisa documental, legislações e artigos publicados**



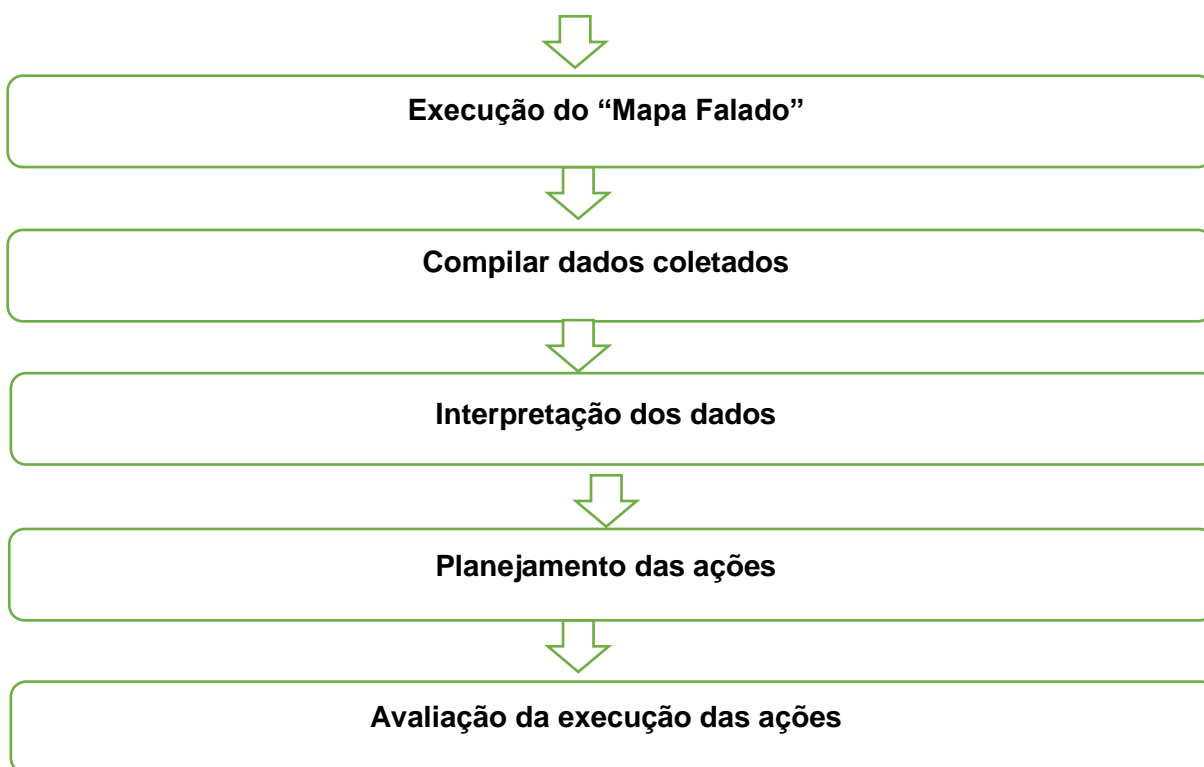
**Criação dos instrumentais de coleta de informações**



**Fortalecimento do Cadastro Único para que seja usado como fonte fidedigna de dados**



**Orientação às Equipes Técnicas para preenchimento dos instrumentais**



Ao descrevermos a metodologia é interessante ressaltar cada etapa seguindo os seguintes percursos:

- Após estudos aprofundados nas legislações e artigos publicados sobre Vigilância Socioassistencial e visitas institucionais em outros municípios foi realizada a criação/formulação dos instrumentais de coleta de dados que apontaram as seguintes demandas: violências e violações de direito que foram atendidas e suas reincidências; a forma de acesso aos CRAS permitindo saber se a rede municipal de atendimento reconhece a importância do CRAS e quando encaminhar a população para esse atendimento; foi possível descrever que parte específica da população está acessando os serviços, em dados qualitativos como grau de escolaridade, sexo e condições de trabalho ou ainda as pessoas que não tem acesso à renda;
- Concomitante com a criação dos instrumentais ocorreu a transferência do atendimento do Cadastro Único para os dois CRAS do município, visto que, anteriormente os atendimentos do Cadastro Único aconteciam na sede do Órgão Gestor. Essa ação trouxe também uma inovação por parte da Gestão e benefícios diretos para a população, principalmente na questão de deslocamento e encaminhamento da mesma pelas Equipes Técnicas para esse serviço a fim de que informações não fossem perdidas;

- Logo após em reunião de Planejamento os Técnicos e Recepcionistas dos CRAS foram orientados quanto ao preenchimento dos instrumentais;
- Foi construído o “Mapa Falado” nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com beneficiários do Programa Bolsa Família e BPC para que os usuários participassem ativamente dessa construção e ficasse impresso no mapa a visão dos habitantes acerca do território em que estão inseridos e trazerem informações que não eram de conhecimento dos técnicos;
- As informações coletadas a cada fim de mês foram compiladas em relatórios trimestrais e entregues à gestão para planejamento de atividades;
- Em dezembro de 2018 todos os dados obtidos no decorrer do ano serviram como base para planejamento do Plano Anual de Assistência Social do Município de Campo Florido para o ano de 2019.

### **3- Considerações Finais**

A implantação da Vigilância Socioassistencial se utilizou de um profissional efetivo de nível médio, já pertencente ao quadro de funcionários, responsável por elaborar instrumentais de coleta de dados, conferir seu preenchimento, compilar dados e convertê-los em gráficos qualitativos e quantitativos. Utilizou-se também dos profissionais efetivos de nível superior das Equipes Técnicas dos CRAS, também já pertencente ao quadro de funcionários, para que colhessem as informações em seus atendimentos. Os dados são repassados ao órgão gestor para planejamento das ações trimestralmente.

Houve a necessidade de aquisição de uma mesa de escritório e um computador para uso específico do Setor de Vigilância Socioassistencial e materiais de expediente (folha A4, caneta, cartucho para impressora, caderno, etc.), para tal aquisição houve o investimento oriundo do recurso federal IGD SUAS.

### **RESULTADOS E AVALIAÇÃO**

Para fazer a avaliação dos resultados obtidos com a implantação da Vigilância Socioassistencial foram comparados os dados apresentados no ano de 2017 (antes da implantação) e os de 2018 (ano da implantação) e não foi difícil notar o quanto foram obtidos dados muito mais concisos e com maior abrangência, além de muito mais direcionados aos planejamentos de ações que visassem melhor atender a população.



- Houve reordenação de gastos com transporte, visto que a população tinha um acesso limitado a serviços federais, e com levantamento desse dado criou, dentro do Quadro de Detalhamento da Despesa – Saldo Orçamentário, uma dotação específica para esse fim;
- Houve também reorganização da oferta de Grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com melhores investimentos em contratação de Equipe com atividades diversificadas;
- Na execução do Mapa Falado foi possível realizar reunião intersetorial com o intuito de apresentar as demandas da população referente a áreas de Saúde, Educação, Cultura e Esporte, entre outras, com a possibilidade de readequação também dessas áreas;
- Após a implantação da Vigilância Socioassistencial foi possível perceber também que os profissionais das Equipes Técnicas se atentaram a um olhar técnico mais preciso e escuta qualificada quanto à população atendida, nota-se uma equipe mais engajada em melhor atender os usuários;
- Foi possível perceber também que construir dados junto com os usuários dos serviços ofertados pelos CRAS aproximou a população do planejamento daquilo que é necessário para eles mesmos, o que despertou nesses usuários o interesse pela participação cidadã e responsabilidade por construir a história de seus territórios de forma que essa se identifique com suas histórias trazendo assim o sentimento de autonomia e pertencimento.

Com essa prática foram beneficiadas 894 famílias em acompanhamento pelos dois CRAS e pela Equipe Volante do município, visto que por meio da Vigilância Socioassistencial foi possível apontar a necessidade de adequação e melhoria dos serviços ofertados para que o Órgão Gestor realize planejamento e a Equipe Técnica execute, de forma que a população receba os serviços adequados as suas necessidades.

A criatividade está no desbravamento diário (busca por conhecimento) de implantar um serviço ainda incipiente e pouco reconhecido tanto a nível nacional quanto na região pertencente à SEDESE/Uberaba. Há a necessidade de criar estratégias de compreensão dos municípios a se organizarem para obterem informações territorializadas com o objetivo de induzir, qualificar as intervenções de maneira a agregar trocas constantes entre trabalhadores do SUAS, construindo consensos e operacionalizando modos de ação o que ainda são desafios importantes.

## REFERÊNCIAS

ARREGUI, C. KOGA, D. **Vigilância Socioassistencial: garantia do caráter público na Política de Assistência Social.** In BRASIL, CAPACITA SUAS, Caderno 3. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas da vigilância socioassistencial.** Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2009.

----- . Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993. Cria a Lei Orgânica de Assistência Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF 1993.

----- . Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma operacional básica do sistema único de assistência social (NOB-SUAS).** Aprovada pela Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 2012.

----- . Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília, 2004.

**Site do IBGE.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 13/02/2019.